

Artigo de Revisão

O IMPACTO AMBIENTAL DA RELAÇÃO HOMEM X NATUREZA NA REGIÃO DO CARIRI COM A IMPLANTAÇÃO DOS ENGENHOS DE RAPADURA NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Luíza Helena Alencar(1)

Introdução

O objetivo buscado com a pesquisa em curso é compreender melhor o processo de desenvolvimento da região do Cariri observando a relação do homem com o meio ambiente tendo como referencial teórico alguns eco-historiadores, que discutem a temática da relação e uso do ser humano em relação à natureza.

Eco-historiadores como Clive Ponting, que no livro *Uma História Verde do Mundo*, no capítulo intitulado *Modos de Pensamento*, discute como se formaram os pensamentos do homem e o seu domínio sobre a natureza. Marcos Lobato Martins, no texto *Mineração, Agricultura e Degradação Ambiental* em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, ele aborda como os historiadores têm colaborado aos estudos desenvolvidos no campo da ecologia. Enfatizando os problemas ambientais da época e apontando as consequências ao ecossistema local. E por fim, o historiador Antônio José de Oliveira, que na sua dissertação de mestrado no capítulo *Correntes Migratórias, Povoamento e os Primeiros Núcleos Urbanos*, avalia a questão da ocupação territorial do interior da colônia; onde não houve uma fixação dos territórios conquistados. É possível compreender melhor o processo de povoamento da região do Cariri e aspectos socioculturais e econômicos da formação dessa região. Tendo como um dos principais meios de desenvolvimento e fixação pessoas na região os engenhos e o cultivo da cana-de-açúcar implantado pelos europeus no século XIX. O que posteriormente, trouxe sérios impactos ambientais para a região do Cariri.

Concepção Ambiental dos séculos XVI ao XIX

Em *Uma História Verde do Mundo* de Clive Ponting, no capítulo intitulado *Modos de Pensamento*, é possível se observar os modos de pensamento formados em relação ao meio ambiente. Tendo como base para a formação desses pensamentos a Bíblia, os pensamentos dos europeus do XVI ao XIX e a forma do homem interagir com a natureza durante esse recorte temporal.

Em sua obra ele traz questionamentos a respeito das ações dos homens em relação ao meio ambiente. A sua formação em virtude das ações dessas gerações que se sucederam, em diferentes sociedades que viveram. *As ações dos homens formam o meio ambiente no qual as gerações sucessivas e as diferentes sociedades viveram. (PONTING, 1995, p. 236-237).* Argumentando assim a maneira pela qual os seres humanos pensam sobre o mundo no qual estavam inseridos, bem como o seu papel e do seu meio no tocante a relação homem natureza. Baseado numa explicação que nos fornece o sentido dessa estrutura de modo geral. *“Um dos aspectos fundamentais, existente em todas as tradições, é o relacionamento entre os seres humanos e o resto da natureza.” (PONTING, 1995, p. 236-237).*

Para isso ele utilizou as questões econômicas e as formas de adequação que é o homem em posição de domínio sobre a natureza, bem como os recursos usados baseados na filosofia clássica greco-romana, a igreja cristã pautada na herança herdada de origem judaica e o direito de usufruir dessa natureza as suas necessidades mais básicas: alimentação, moradia e etc. E que por superioridade sobre o resto (a natureza) criar seu próprio mundo. Sendo assim, os recursos naturais são usados e distribuídos. Partindo dessa premissa, o pensamento europeu foi analisado no sentido a essa relação do meio ambiente e do homem partindo de concepções greco-romanas antigas e as suas influencias filosóficas a esta questão, as ideias cristãs também fizeram parte desta coletânea pautada estas em sua herança original judaica.

Os seres humanos [...] as criaturas mais importantes da terra [...] com todo o direito de usar os outros [...] colocados em um plano mais elevado que o dos outros animais [...] modifica o meio ambiente como perfeitamente naturais e benéficas. (PONTING, 1995, p. 238-239).

Tanto nas tradições clássicas como nas cristãs o ser humano exerce domínio sobre a natureza. *“A convicção mais forte, encontrada tanto nas tradições clássicas como nas cristãs foi a de que os seres humanos foram colocados em uma posição de domínio sobre o resto de uma natureza subordinada.” (PONTING, 1995, p. 237).*

Partindo deste pressuposto ele aponta o homem como centro do mundo. Tudo deve girar em torno do ser humano considerado superior, onde tudo está disposto para o seu uso indiscriminado. [...] *tudo fora tão bem preparado para os seres humanos então ele deveriam ser mesmo as criaturas mais importantes da terra e, portanto, com todo o direito de usar os outros como lhe aprouvesse. (PONTING, 1995, p. 238).*

O homem tem o direito de usufruir de tudo na natureza, pois o autor deixa claro que, o homem é posto como o ser principal. E a natureza por sua vez, é usada para satisfazer em tudo. Desde as suas necessidades mais básicas como moradia, alimento, bens (os mais complexos), a exploração de todas as formas. A natureza deve estar submissa aos seus interesses. O homem a organiza como bem lhe parecer, pois está numa posição superior, privilegiada este foi o pensamento clássico.

O pensamento clássico geralmente estava caracterizado pela ideia dos seres humanos como organização da natureza. Os seres humanos eram colocados em um plano mais elevado que o dos outros animais: sua capacidade de criar seu próprio mundo implicava uma posição superior, de finalizador da criação crua. Os pensadores clássicos estavam bem conscientes de que as ações humanas estavam mudando o mundo em torno deles. (PONTING, 1995, p. 239).

No século IV, com a ascensão do cristianismo e com a sua implantação no antigo império romano, o mundo é colocado aqui para desfrute dos seres humanos. O mundo é para o homem (a terra) é um espaço cedido pro Deus para o desfrute humano, domínio e transformações. Podendo explorá-lo sem receios. Desta forma ecossistemas, fauna, flora, terra, águas ficam a mercê do abuso desenfreado do homem apoiado em concepções cristãs.

Crescei e multiplicai e povoai a Terra e dominai-a; e dominai os peixes do mar e as aves dos ares e todos os seres vivos que se movem sobre a Terra... Crescei e multiplicai e povoai a Terra e dominai-a. [...] Todas as coisas que se movem serão alimento para você: e assim como lhe dei as plantas verdes, dou-lhe tudo o mais... O temor e o respeito por você recairão sobre todas as feras da terra e sobre todas as aves do ar, sobre tudo o que se move sobre a terra e sobre todos os peixes do mar; sobre suas mãos eles serão entregues. (PONTING, 1995, p. 240).

Os pensadores cristãos antigos e medievais deixavam claro que ao homem ficava o mundo natural já que, Deus habitava acima e longe do mundo. Deus se relacionava com o homem e não com o mundo natural. Segundo esta linha de pensamento, a exploração era apoiada sem o menor constrangimento, já que a natureza não era considerada sagrada, a sua agressão não causava nenhum remorso moral já que estava ali para o exercício do direito humano dado por Deus, acima de todos os outros seres vivos.

Nos séculos XII e XIII, seguia-se o mesmo pensamento de que o mundo era uma criação de Deus, planejada e ordenada para o homem.

Os pensadores cristãos antigos e medievais aceitaram, quase que sem dúvidas, a visão herdada da literatura judaica de que Deus dera aos seres humanos o direito de explorar as plantas, os animais e o mundo inteiro para seu benefício. A natureza não é vista como sagrada, estando portanto aberta à exploração pelos seres humanos, sem quaisquer remorsos de ordem moral – na realidade, os seres humanos têm o direito de usá-los como melhor aprouver. (PONTING, 1995, p. 241).

O “poder” em muitos casos, torna o seu detentor um ser capaz de atuar sem maiores precedentes. Manusear a terra, plantas e animais são algo pertencente ao ciclo natural do homem. São as formas pelas quais essas “reformas” são impostas que tornam o seu domínio uma ameaça a vida em sua forma como um todo. *A reforma do século XVI não trouxe qualquer mudança fundamental nesse ponto de vista, pelo contrário, reforçou-o, enfatizando a importância dos textos bíblicos.* (PONTING, 1995, p. 242).

Ponting analisa o pensamento da Europa do século XVI e afirmou que o antropocentrismo básico do cristianismo, apesar de modificada, o mundo continua a ser proposto como um plano de Deus organizado e racional.

A posição privilegiada dos seres humanos, bem como o seu direito de controlar, e modificar a natureza, transmitiam, segundo o autor, a ideia de intervenção humana na natureza, como se ela fosse ficar melhor depois de um “toque final” moldando-a de um estado bruta a um estado civilizatório.

No século XVIII, citado pelo autor, o filósofo Hebert Spencer, dizia que a vida em si era uma luta para as espécies e que as mais adequadas se sobre saiam, e que lutar contra a natureza era necessário à própria sobrevivência. Ele continua a sua análise com sentido de propósito e superioridade justificando a interferência humana, para que o mundo natural fosse explorado por ela. Preservar era uma palavra inexistente na época, já que a predominância do pensamento da época colocava o ser humano como centro, o principal e superior sobre os demais seres e o mundo em geral.

O fundador da psicanalise, Sigmund Freud, disse, em seu livro *Civilisation and its Discontents*, que “o ideal humano era combinar com o resto da comunidade humana e empreender o ataque à natureza, forçando-a a obedecer à vontade humana sobre a direção da ciência”. (PONTING, 1995, p. 248).

A ideia de progresso do pensamento europeu emerge e no século XVIII intelectuais europeus começam a aceitar que a história trazia em seus relatos mudanças irreversíveis com o objetivo do melhoramento ser algo contínuo e que o progresso em todos os campos era inevitável. Progresso na agricultura, aumento de terras para produção e a crença no potencial humano ilimitado. Para Marx e Engels, o progresso além de ser algo inevitável às sociedades ocorria também em diferentes estágios econômicos e nas estruturas de poder.

Servindo de pano de fundo para a expansão da Europa, a ideia de exploração era acolhida como algo além de natural, uma forma de melhorar o meio que era considerado hostil e inacabado. A agricultura era a base, segundo o autor, da economia. Ficando restritos alguns itens ligados a essa economia que contribuía para o comércio. Economistas como Adam Smith, Ricardo e John Stuart Mill, citados pelo autor; economistas clássicos, partindo do pensamento em que a produção de bens estava no centro da economia. O foco para os economistas era estudos voltados à organização da produção e o que se relaciona com ela: terra, trabalho e capital.

Para o autor, a economia clássica e seus derivados, ignoravam o fato de ocorrer o esgotamento das fontes e que só tratavam apenas dos secundários; que surgiam em torno da distribuição dessas fontes. Tratando dos recursos da terra como capital, tornando-os lucro. Vendendo ou desenvolvendo mercadorias como o solo e a água, as árvores e toda a vida silvestre. A extração concorria para as transformações desses bens naturais em mercadorias de venda. Encorajando produtor e consumidor no tocante a essa questão. E nesta apropriação desenfreada, com os impactos causados por esta extração e nem tampouco com a posterioridade.

Todos os ecossistemas vêm-se diante de uma possibilidade nua e crua. De um lado as necessidades presentes, e no outro o futuro, “novas” necessidades. Porém Marx e Engels, não levaram em conta que os recursos e o meio ambiente em si, bem como o processamento desses têm uma natureza finita.

Segundo Ponting, Engels em parte e sua obra posterior, está conscinete de alguns problemas causados pelas atividades humanas no passado e que a raça humana será capaz de controlar até as consequências naturais. Marx afirma que a natureza só teria significado se partisse das necessidades humanas, como um objeto, uma utilidade. Marx, Engels e Lenin, desejavam elevar o nível de consumo adquirido já com a burguesia do século XIX. Desta forma a visão europeia do mundo estava erigida sobre o tripé filosofia, religião e ciência.

Intelectuais europeus começaram a aceitar que a História era uma narrativa de uma série de mudanças irreversíveis em apenas uma direção – um melhoramento contínuo. O século XVIII foi marcado por uma onda de otimismo sobre o futuro e a inevitabilidade do progresso em todos os campos. [...] Sua manifestação mais forte encontra-se no pensamento de Marx e Engels, com sua ideia do progresso inevitável das sociedades humanas, através de diferentes estágios econômicos e das estruturas do poder com eles relacionadas. [...] Existe, no entanto, uma falha fundamental na economia clássica [...] todos ignoram o problema do esgotamento das fontes e tratam somente dos problemas secundários [...] o defeito crucial dessa visão é que os recursos da terra são tratados como capital – um conjunto de ativos que devem ser transformados numa fonte de lucros. [...] não existia a necessidade da preocupação com a posterioridade. [...] A economia entronizou algumas de nossas predisposições mais repugnantes: aquisição material, competição, glotonaria, orgulho, egoísmo, falta de visão e ambição simples. Com o risco de uma supersimplificação grosseira, é possível reunir-se os vários elementos que formam uma visão europeia do mundo, que é composta de muitas tradições diferentes – filosófica, religiosa e científica – que foram canalizadas de várias maneiras diferentes. (PONTING, 1995, p. 249, 250, 251, 258, 259, 263 e 264).

No texto *A Violação do Mundo* de Clive Ponting, temos o desenrolar das atividades humanas e por consequências, seus impactos e que em alguns casos fogem do controle humano. Causando importantes mudanças nos ecossistemas mundiais.

Com a expansão universal da colonização e com a criação de campos para pastos ou para agricultura, motivaram desmatamentos de florestas e ou regiões silvestres, drenagem de pântanos. Reduzindo brutalmente habitats naturais expondo fauna e flora a um quadro de devastação.

O autor afirma que a cultura da caça de animais por peles, alimentação ou apenas por “esporte” e a coleta de plantas, contribuiu para a redução do número de muitas espécies. *A caça deliberada de animais para alimentação, por suas peles e outros produtos (e em muitos casos, só pelo “esporte”) e a coleta de plantas reduziram drasticamente o número de espécies. (PONTING, 1995, p.265).*

A Europa se expande em larga escala e com ela a destruição se alastrou com muita rapidez. É possível se observar em vários trechos do texto, como a Europa surgiu, como um marco negativo diante do mundo por ela colonizado. Tinham uma imagem do meio ambiente moldada com parâmetros

que se baseavam no desfrute desenfreado sobre o verde e tudo o mais que se relacionasse com ele. O fascínio das explorações diante das riquezas encontradas na América, Australásia e Pacífico causou muita euforia por toda a Europa. Essas riquezas naturais para eles, era um grande estoque de alimento para o consumo. A caça livre foi uma das primeiras praticas impactantes que ocasionou a quebra de ecossistemas consolidados a anos de várias espécies. Gerando efeitos drásticos visivelmente em lugares como as ilhas segundo o autor.

O impacto da expansão europeia sobre o resto do mundo trouxe perdas em escalas ainda maiores e em períodos ainda mais curtos. Quando os primeiros europeus alcançaram as Américas, Australásia e o Pacífico ficaram deslumbrados com as plantas e os animais. (...) Essa profusão da vida silvestre pareceu a esses primeiros exploradores e colonizadores um imenso estoque de alimentos prontos para serem consumidos. Então, começaram a caça-los livremente, sem a menor preocupação com o destino de qualquer das espécies. (PONTING, 1995, p. 272-273).

O desmatamento corrompe habitats naturais da fauna silvestre tornando-os totalmente alterados. Ficando reduzidos os alimentos e ou as suas fontes, obrigando assim um deslocamento de espécies ou a sua morte. Conforme o autor, o massacre começou mesmo quando essas caçadas tomam maiores proporções com a instalação das mesmas com o intuito comerciais. Realizadas por grupos organizados, fornecendo carne barata, a prática era favorecida pela instalação das estradas de ferro.

Quando essas árvores começaram a ser abatidas, seu habitat e fontes de alimentos foram reduzidos (...) O verdadeiro massacre começou com a instalação de caçadas comerciais em larga escala, feitas por grupos organizados (...) prove as cidades (...) uma fonte de carne barata, que começou com a instalação das estradas de ferro (...).(PONTING, 1995, p. 277-278).

Tanto a retirada quanto à integração de novas espécies, marcaram os ecossistemas existentes no resto do mundo. Exterminado muitas e reduzindo outras que para ele este impacto resultou de ações criminosas. A vida selvagem nunca mais foi a mesma em virtude dessa expansão.

Os europeus também marcaram os ecossistemas do resto do mundo, introduzindo novas espécies, assim exterminando muitas das existentes e reduzindo criminosamente o número de muitas mais. (...) os efeitos da expansão europeia – dos seus povos, suas plantas e seus animais – foi de amplo alcance e irreversível. A vida selvagem mundial nunca foi mais a mesma. (PONTING, 1995, p.279, 285).

No final do século XIX é que surgem movimentos para a conservação da vida silvestre convenções internacionais surgem para salvaguardar locais e animais em extinção restringindo o comércio com essas espécies.

Desenvolveu-se, então uma reação a essa matança geral no século XIX, com o surgimento de movimentos para a conservação da vida silvestre no mundo. (...) convenções internacionais e tratados destinados a salvaguardar locais importantes e a

restringir o comércio com as espécies ameaçadas em extinção. (PONTING, 1995, p. 313-314).

Concepção de Meio Ambiente e Ecologia nos Séculos XVIII e XIX

No texto *Mineração, Agricultura e Degradação Ambiental* em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, Marcos Lobato Martins, relata como os historiadores têm contribuído aos estudos no campo da ecologia. Utilizo tal texto por que ele é relevante ao assunto abordado e me dá suporte teórico metodológico partindo da compreensão dos problemas ambientais, que hoje conhecemos. Em decorrência das ações humanas, diante da natureza, fauna, flora, solo e as suas estruturas, matas... Sofrem alterações em suas estruturas naturais e passam a enfrentar o caos causado pro essas ações. Mudanças climáticas, extinção de espécies tanto na fauna como na flora, as formas de ocupação das terras ficam abertos para os historiadores, com o seu olhar investigativo, fazem parte com outras disciplinas como a arqueologia, geologia, geografia e biologia, de um grupo interdisciplinar que venha a somar com estes aos estudos voltados ao meio ambiente.

Nos últimos anos, a temática da ecologia tem aberto oportunidades cada vez maiores para a realização de estudos interdisciplinares. As mudanças climáticas, as alterações dos recursos dos rios, a devastação das matas, os processos de extinção de espécies da fauna e da flora, a estrutura dos solos e as formas de ocupação das terras, etc., não são mais objeto de estudo exclusivo de biólogos, geólogos, geógrafos e arqueólogos. Os historiadores também vêm contribuindo para a compreensão dos dilemas ambientais que enfrentamos atualmente. (MARTINS, 2007, p. 85).

E a contribuição dos eco-historiadores e o uso de documentos variados (velhos relatos de viagens, documentos antigos, obras literárias e artísticas...) por vezes favorece uma melhor compreensão da relação homem e natureza em diversos momentos da história. Sendo assim, segundo o autor, é possível se ter um leque de informações ao que se diz respeito ao meio ambiente.

Esta contribuição específica da história recebe muitas um nome de eco-história. Fazendo releituras de velhos relatos de viagens, documentação antiga, de obras literárias e artísticas, enfim reexaminando uma massa documental variada, os historiadores podem retirar informações sobre o meio ambiente e sobre as relações do homem com a natureza, concernentes a diversos períodos da história. (MARTINS, 2007, p. 85).

Em seu trabalho Marcos Lobato procura estabelecer as formas de tipologia da degradação ambiental tomando por ponto as atividades de mineração e agricultura utilizando-se de crônicas de estrangeiros que visitaram a capitania no século XIX. Avaliando consequências do processo de povoação e como essa capitania se desenvolveu.

tentaremos esboçar um quadro de degradação ambiental provado pelas atividades de mineração e agricultura em Minas Gerais séculos XVIII e XIX. [...] utilizaremos as obras dos cronistas estrangeiros que visitaram a capitania no início do século XIX [...] W. Eschwege e Sanit-Hilaire [...] estabeleceu uma tipologia da degradação ambiental [...] avaliando suas consequências sobre os rumos do processo de ocupação e desenvolvimento da capitania. (MARTINS, 2007, p. 85).

Com a dinâmica mineração-agricultura de abastecimento demonstram a relação com o homem e natureza na sua ocupação territorial; onde esta capitania dependia de como funcionavam essas atividades produtoras bem como as tecnologias nelas implementadas.

Isto significa que a ocupação do território de Minas Gerais se fez em conformidade com a dinâmica do complexo mineração-agricultura de abastecimento, o que equivale a dizer que as relações do homem com a natureza na capitania dependeram das formas de funcionamento das unidades produtivas [...] particularmente das tecnologias nelas empregadas. (MARTINS, 2007, p. 86).

Martins comenta a questão da degradação ambiental do solo causada pelas escavações e por consequência começaram a aparecer erosões que punha em risco a sua essência natural. *As consequências ecológicas das práticas mineratórias contribuíram para inviabilizar o futuro da mineração, nos séculos XVIII e XIX [...] a degradação ambiental causada pelas escavações e erosões.* (MARTINS, 2007, p. 89).

Concomitantemente as queimadas são classificadas por ele como agressão ambiental, que foram utilizadas para “abrir caminhos”, descobrir o solo para que assim este fosse manuseado.

Uma outra forma de agressão ambiental não passou despercebida [...] a pratica bastante comum, e disseminada em toda a capitania, de utilizar queimadas para abrir caminhos [...] para descobrir o solo, de modo a si poder executar o trabalho. (MARTINS, 2007, p. 89-90).

Segundos os relatos do barão Eschwege e de Auguste de Saint- Hilaire, Martins exemplifica o poder devastador das queimadas ao meio ambiente:

[...] quando esta (a seca) é prolongada, as queimadas atingem profundamente as matas, em distancias por vezes de muitas milhas, expulsando e matando os animais, ameaçando mesmo os ranhos cobertos de palha [...] não é crível que todos esses montes despojados de sua antiga vegetação devam essas perdas as culturas. Os descobridores e exploradores [...] incendiaram as florestas. [...] a destruição da floresta acontecia por toda a parte. (MARTINS, 2007, p. 90).

O processo das queimadas para a agricultura, em Minas Gerais século XVIII já é possível se verificar como esta forma de “adequação” da terra para a atividade já citada, causava um desgaste previsível de dois ou três anos o seu esgotamento. Conforme esse processo rudimentar agrícola, citado

pelo autor, traz o “rodízio” de terras em relação ao mau manuseio. Gerando em pouco tempo a esterilidade dessas terras.

O mato era derrubado e queimado; no meio das cinzas, plantavam-se, durante dois anos consecutivos, milho, arroz, feijão, trigo, algodão, cana-de-açúcar, fumo e, a partir de 1800, café.

Em seguida, ao cabo de dois ou três anos, o terreno era abandonado e tinham início nova derrubada e plantio em outro terreno. Todos os viajantes fizeram referências a esses processos rudimentares utilizados na agricultura, conhecidos então como “sistema de rodízios”. (MARTINS, 2007, p. 92).

O desnudamento da terra por razão dessas queimadas, era seguido de erosões neste solo em virtude das chuvas. O autor aponta estes fatores já citados como sendo os motivos causadores da sua destruição. Estes solos passaram a se tornarem estéreis, onde esta esterilidade afetava o crescimento agrícola dessas áreas de cultivo. Conseqüentemente, havia uma necessidade de substituir os antigos locais de cultivo por novas terras. E esta busca por fim agravava os conflitos pela posse territorial.

[...] as queimadas, ao descobrirem o solo, possibilitava a aceleração do processo de esterilização da terra. O desnudamento do solo através das queimadas, o abrasamento das terras através do calor do sol seguido de erosões devidas as chuvas, a destruição das substâncias fertilizadoras por todos esses fatores redundavam em limitações crescentes da produtividade nas áreas agrícolas, o que exigia a incorporação de novas terras e contribuía, entre outras coisas, para o agravamento dos conflitos em torno da posse da terra. (MARTINS, 2007, p. 92-93).

Para Martins, entender as influências da degradação ambiental cumulativas, foram sendo colocadas em relação às sucessivas transformações. Poderiam variar conforme os estudos regionais, bem como os locais a ser estudada a luz da temática proposta homem x natureza. Para ele essas características (geográficas e históricas) devem ser levadas em conta para que assim, possa-se compreender melhor a intensidade dessas desordens ecológicas provocadas pelo homem e as suas conseqüências futuras.

O entendimento das influências que a degradação ambiental cumulativa provocou sobre a transformação dos sucessivos cenários [...] depende da multiplicação de estudos regionais e locais sobre a temática em pauta. [...] características geográficas e históricas distintas [...] precisa ser levada em conta ao se estudar a intensidade das desordens ecológicas provocadas pelo homem e suas conseqüências ao longo do tempo. (MARTINS, 2007, p. 93).

Esboço Histórico da Formação e Povoamento e Seu Impacto no Cariri do Século XIX

No capítulo *Correntes Migratórias, Povoamento e os Primeiros Núcleos Urbanos*, Antônio José de Oliveira analisa a questão da ocupação territorial do interior da colônia; onde não houve uma fixação dos territórios conquistados. E algumas temáticas como: as correntes migratórias e os primeiros núcleos de povoamento; Cariri; composição étnica e social: a presença do escravo; a economia doméstica e o comércio incipiente; ‘os primeiros’ senhores de engenho do Cariri; algumas observações. Tal texto contribuiu para minha análise no sentido de uma melhor compreensão das mudanças ocorridas na região do cariri com a implementação dos engenhos de rapadura e toda a forma como se desenvolveu os aspectos socioculturais e econômicos da região já citada, em torno, do cultivo da cana-de-açúcar e os seus impactos no meio ambiente e social.

O regime adotado pelos colonos foi de exploração irregular e que este povoamento irregular se abastou de três pressupostos, onde o autor cita Caio Prado Junior para embasar sua análise sobre a questão de povoadores pelo interior do Brasil.

Ele começa, citando a grande extensão da costa brasileira, local onde os colonos desenvolviam as suas atividades em vários postos, a sua exploração. Outro fator mencionado diz respeito ao bandeirismo e ao massacre indígena. Ficava de fora a questão de se tentar estabelecer relações sociais significativas em relação a mão-de-obra indígena. E a terceira, com o descobrimento do ouro na região central do Brasil colonial. Este por fim, veio a concentrar mais pessoas, dando uma maior fixação. Atraindo muitos outros a migrarem para a parte mais interna da colônia.

Já com relação ao restante do interior, especialmente as capitanias do Norte, a ocupação continuava temporária que passava de territórios a territórios sem solidificação desses povoados e vilas.

O autor ainda evidencia a luz de Caio Prado Junior que este evidencia três correntes de povoamento; a estabilização de grandes plantações e dos colonos na zona litorânea, a descoberta do ouro e a formação de núcleos de mineração do século XVIII, e por fim, a estabilização, povoamento para se erguer a economia (ele cita a economia paulista) frente a atividade mineradora. E nesse ponto, essas correntes partiram para o Norte em seu interior. Bahia e Pernambuco foram capitanias que se direcionaram aos sertões da colônia a procura de novas terras e territórios virgens para serem explorados.

Já no Sul e Sudeste, a última corrente de povoamento já citada, ergue a sua economia com a extração do ouro. Atraindo o contingente migratório do Nordeste a área mineradora, o que veio a enfraquecer ainda mais a sua economia. Perdendo também o status de capital situado antes no Nordeste, em Salvador.

O interior passava por dificuldades, com uma população irregular e uma economia sem possibilidade de se estabilizar, os poucos povoados não conseguiam se sustentar. Procuravam a sobrevivência na pecuária, que sofria com largos períodos de estiagem. Com uma redistribuição do povoamento, as terras mais férteis tornavam-se as mais visadas.

A pecuária lá pelos finais do século XVIII sofre muito com tais calamidades. Até à primeira metade do referido século, foi a pioneira na economia do interior das capitanias do Norte, sobretudo da do Ceará. Com consequência das secas, há uma redistribuição de povoamento, e as áreas mais férteis eram as mais visadas. (OLIVEIRA, 2003, p. 23).

E em meio a esse adentrar ao interior buscando “novas” terras para explorar, os colonos partem pelos sertões encontrando rios. Seguindo o curso dos rios ao interior que em dado momento chegaram à terras dos Cariris.

O Ceará por não ser uma capitania de muita expressão econômica, não desperta esse colono a princípio quanto aos seus interesses. Desligando-se da capitania do Maranhão em 1681, a capitania cearense vincula-se agora com Pernambuco até 1799. Possuindo apenas uma autonomia militar, já que era utilizada (litoral) pelos portugueses como ponto de estratégia de defesa. A atuação desses colonos consistia, segundo ao autor, em construir e manter fortes para afugentar invasores e índios.

No Cariri houve a possibilidade de fixação dos povoadores já que, viabilizava o cultivo da cana. O autor aponta que no Cariri; três fases marcaram o seu povoamento: a pecuária, a possibilidade de encontrar outo na região, embora esses dois propiciaram uma grande imigração ao Cariri; foi na agricultura canavieira que houve um bom resultado nas áreas de maior fertilidade e abundância de água.

A cana passou a ser processada em engenhos rudimentares. Daquele dia em diante o Cariri nunca mais seria o mesmo. A cana exerceu o poder de atração, fixação bem como o fortalecimento gradual dos seus principais núcleo de povoamento.

É claro que houve contratempos nesse processo e o autor cita que os índios não davam trégua tornando a penetração dos conquistadores, árdua. A pecuária contribuiu para despovoar índios e povoar com brancos. Era este o “projeto” colonizador.

Missão Velha e Crato foram os pioneiros a construir núcleos “populosos”. As missões eclesíásticas na colonização dos sertões selvagens, menciona Oliveira, merece destaque.

No enalço dos colonizadores, os frades capuchinhos italianos tentavam levar a sua doutrina aos gentios. Nesse percurso, criava reduções ou aldeias para melhor controlar os nativos. “No Ceará, os missionários capuchinhos, a partir de 1730, criaram várias reduções indígenas, e entre elas as de Caririaçu e Miranda”. Essas reduções se tornariam mais tarde povoados, freguesias e vilas citadas. (OLIVEIRA, 2003, p. 26).

Os índios encurralados e “doutrinados”, facilitou a posse desses colonos nas terras dos Cariris Novos, por toda a metade do século XVIII, bem como as primeiras plantações de cana e os primeiros engenhos de rapadura.

As primeiras reduções indígenas possibilitaram a realização dos principais objetivos da empresa colonizadora. Uma vez encurralados e “doutrinados” os índios pelos

capuchinhos, ficou fácil aos colonos se apossarem das melhores terras nos Cariris Novos. Por toda segunda metade do século XVIII, intensificou-se o processo de organização do projeto organizador; as freguesias ganhavam aos poucos as primeiras plantações de cana e os primeiros engenhos de rapadura. (OLIVEIRA, 2003, p. 26).

Em meados do século XIX o movimento migratório se intensifica surgindo aos poucos mais povoados (Jardim, 1816, Brejo Grande, 1838, Barbalha, 1838) nestes períodos as ligações se tornaram mais estreitas entre as freguesias.

A partir da primeira metade do século XIX, inicia-se o período de intenso movimento migratório, surgindo aos poucos mais povoados; dentre eles Jardim, 1816, freguesia de Senhora Santana ou Brejo Grande, 1838, Barbalha, 1838 etc. Neste momento em diante, as ligações entre essas freguesias se tornaram mais estreitas. (OLIVEIRA, 2003, p. 27).

A população da região do Cariri baseou-se em diversos grupos em virtude de ser umas das regiões mais visitadas da capitania são eles: crioulos, cabras, mulatos e mestiços, que formaram a base da sociedade caririense nesse período. A cana é colocada pelo autor, como fator de organização do sistema colonial. Escravos e livres compunham o setor de produção e da relação social de trabalho do Cariri.

Na primeira metade do século XIX a população da capitania do Ceará aumentou consideravelmente, a sua população de mestiços, mulatos, cabras, caboclos e crioulos predominavam os crioulos eram muito utilizados nos trabalhos de engenho para a produção da rapadura. Segundo o autor, o escravo também compunha o grupo de trabalhadores da realidade histórico social do Cariri.

[...] por toda a primeira metade do século XIX, a população [...] de toda a capitania do Ceará, teve aumento considerável. [...] Predominava o mestiço, mulato, cabra, caboclo e o crioulo [...] Como era uma das regiões mais visitadas da capitania, pouco tempo se passou para que o elemento cativo fosse levado para o trabalho [...] o negro e demais trabalhadores compuseram a realidade histórico social do Cariri. (OLIVEIRA, 2003, p. 27).

Com base em Caio Prado Junior o autor afirmou que com baixo nível econômico na aquisição do escravo o índio torna-se predominante. A seca contribuía para esse baixo nível econômico e no extremo Norte e Nordeste o negro se tornava escasso.

[...] o elemento indígena preponderou [...] essa preponderância veio do baixo nível econômico que os proprietários tinham para comprar escravos. Isto era mais evidente no interior das capitanias do extremo Norte e Nordeste, onde as grandes calamidades climáticas, sobretudo as secas minavam o poder aquisitivo dos colonizadores, contribuindo para a escassez do elemento negro no interior dessas capitanias. (OLIVEIRA, 2003, p. 28).

A capitania do Ceará, também sem muita expressão econômica, com a população ainda pequena, e os mestiços formava a sua base, contribuía para que a raça negra e sua incidência fosse inibida em sua composição social. Onde o autor declara que só nos últimos anos do século XVIII é que a população aumentou apenas nas áreas que possibilitaram a produção econômica.

A capitania do Ceará não fugiu a esse parâmetro. Uma economia sem muita expressividade e uma população rarefeita formada por maioria mestiça inibiram maior incidência na população negra na sua composição social. No Ceará, a população só vai ter maiores incrementos nos últimos anos do século XVIII; isto nas áreas de maior possibilidade de produção econômica. (OLIVEIRA, 2003 p. 28).

O grande fluxo migratório em um espaço de tempo pequeno, mostra como a região do Cariri crescia o comércio e com ela outras atividades. [...] *dados quantitativos reforçam as indicações de que a região obteve, em pequeno espaço de tempo, um grande fluxo migratório, o qual foi importante para que a vila (Crato) se tornasse ponto principal do comércio e outras atividades.* (OLIVEIRA, 2003, p.29).

No Cariri colonial ocorre algo bem diferente e característico em relação ao restante do interior nordestino. A cana-de-açúcar foi colocada pelo autor como fator principal da organização do sistema colonial. [...] *o caso do Cariri é bem diferente e característico. Seu sistema colonial foi organizado e efetuado em função da economia canavieira* (OLIVEIRA: 2003, p.32).

Os primeiros engenhos já ocupavam boa parte do Cariri, e a essa atividade era necessário muitas pessoas para o trabalho. Com a expansão da agricultura canavieira no Cariri, na primeira metade do século XIX, o número de proprietários cresceu também já que houve um número maior de aquisitores de terras e posses que com isso, tornava seus aquisitores pessoas em destaque na sociedade. Dentro desse contexto ainda no mesmo período, a agricultura canavieira de subsistência, consolidou-se. Segundo o autor quando coloca que:

Com a efetiva expansão da cana no vale do Cariri, na primeira metade do século XIX, cresce o número de proprietários; o número de aquisição de pedaço de terra e de posses são superiores aos inventários dos finais do século XVIII. [...] a primeira metade do século XIX a agricultura de subsistência estava praticamente consolidada. Causa disto foram os desdobramentos da atividade canavieira efetuada na região. (OLIVEIRA, 2003 p. 35).

No Cariri os engenhos surgem como uma indústria doméstica (a família participava da cultura da cana) predominando sobre a economia local, estruturando a vida material dos habitantes da região. Com a fabricação de rapadura nos engenhos a cultura canavieira, logo se destaca como uma cultura lucrativa, caracterizando-se como um setor bastante marcante na sua economia.

[...] os engenhos surgiram como uma indústria doméstica e foram os primeiros a dominar a paisagem econômica e estruturar a vida material dos habitantes da localidade. [...] Apesar das grandes possibilidades de crescimento de uma variedade de indústria, o setor mais marcante foi a indústria canavieira; com a fabricação de rapadura nos engenhos se originou a principal atividade lucrativa da região. (OLIVEIRA, 2003 p. 42-44).

Os engenhos se concentravam no Vale do Cariri segundo o autor. Um lugar de terras férteis e uma grande quantidade de água, que contribuía para a expansão canavieira que com o seu crescimento deixa de ser apenas para o consumo doméstico as feiras da região. Chegando a ser usada como uma moeda bem valorizada em transações econômicas. Em outras palavras, produzir rapadura se tornou o alvo de muitas pessoas naquela época.

Sendo a produção praticamente voltada para o consumo doméstico e local, no Cariri, os engenhos iniciaram como uma simples economia de fundo de quintal. As “engenhocas” de rapadura concentravam-se, sobretudo no Vale do Cariri onde as terras eram férteis e a abundância de água permitiam a melhor expansão da cana-de-açúcar. [...] a produção desse gênero alimentício era uma das maiores expressões de riqueza da região; sua utilização como alimento e como moeda nas transações econômicas era bastante valorizada. (OLIVEIRA, 2003 p. 45).

Antônio José de Oliveira não se aprofundou nas questões relacionadas ao meio ambiente e nem tão pouco aos impactos ambientais ocasionados pela agricultura canavieira. Mesmo trabalhando questões sociais ele faz algumas colocações que me permitem afirmar que os primeiros reflexos causados por esses impactos ambientais já se mostravam presentes na sociedade colonial do período trabalhado por ele. Ao citar Vera Lúcia Amaral Ferlini podemos observar os indícios de mudanças ocasionadas pela ação do homem no meio ambiente.

Iniciava-se com a derrubada e as queimadas das matas. A tarefa de limpar a terra tudo que podia servir de embaraços, era o passo seguinte (...) estando o terreno limpo os escravos procediam à preparação do terreno abrindo regos de palmo e meio de largura, com um canalhão ao meio. (FERLINI apud OLIVEIRA: 2003, p.75).

Neste sentido parte da região passava por essa agressão ambiental. O sucesso da cana para a produção de rapadura movimentava a economia local com valor alto ao ponto de fazer parte em negociações de maiores valores. E a crescente expansão da plantação de cana virou um negócio desejado, pois além de garantir o sustento da família gerava para os seus donos respeito, prestígio, poder político bem como o aumento dos bens em virtude dessa produção. E dentro dessa atividade agrícola não havia uma consciência em relação aos problemas futuros que este desenfreado processo traria a região do Cariri como um todo.

Com o desmatamento a Chapada começa a passar por um processo de desgaste no seu reservatório natural, já que, é a vegetação que proporciona a absorção de águas das chuvas. Com relação as queimada há um empobrecimento do solo, pois essa forma de preparo da terra, ocasiona a

morte de alguns microorganismos, que são necessários a vida do próprio solo que impulsiona uma boa plantação.

Conclusão

Trabalhei com o autor Clive Ponting para discutir sobre o meio de apropriação do homem com relação à natureza. Ou seja, a “superioridade” do homem sobre a natureza. Esse conceito de superioridade que o autor fala, foi uma falsa interpretação bíblica, uma verdadeira falta de exegese⁵. Mas aqui não importa o uso da Bíblia no sentido espiritual, mas como instrumento de suporte ao pensamento europeu da época. Portanto, como a intenção foi provar, mostrar, apropriar, dominar o meio natural, essa tal superioridade do homem sobre a natureza, ela acabou tendo a sua afirmação na cultura greco-romana que evidencia o homem como centro do universo como ser social responsável pela mudança do meio ambiente e sociocultural.

Ao observar as mudanças sofridas na região do Cariri com a introdução da cultura da cana-de-açúcar, uma planta não nativa do Cariri, apresentada na dissertação de mestrado de Antônio José de Oliveira confirma as evidências da dominação do homem, nesse caso do europeu, que tal afirmação pelo historiador ambientalista Clive Ponting quando ele relata a interferência do europeu no ecossistema nos lugares por onde o europeu passou. Podemos encontrar em tal dissertação evidências sobre a mudança não só no meio sociocultural e econômica da região do Cariri com a introdução da cultura de cana-de-açúcar como também no meio ambiente.

Na região do Cariri a cana-de-açúcar veio com o povoamento. Quando me utilizo do conceito de degradação ambiental do autor Marcos Lobato, ocasionado pelo povoamento, quero mostrar que o povoamento traz sérias e grandes consequências para o meio ambiente. Pois todo povoamento mexe com o meio ambiente e na região do Cariri não seria diferente.

O autor Marcos Lobato aponta para uma discussão sobre degradação ambiental - rumos do processo de ocupação e desenvolvimento da Capitania - Minas Gerais e as mudanças ocorridas no meio ambiente através da atividade mineradora.

Isto significa que a ocupação do território de Minas Gerais se fez em conformidade com a dinâmica do complexo mineração-agricultura de abastecimento, o que equivale a dizer que as relações do homem com a natureza na capitania dependeram das formas de funcionamento das unidades produtivas mineradoras e agro-pastoris, particularmente das tecnologias nelas empregadas. (MARTINS, 2007, p. 86).

⁵ Exegese - Comentário ou dissertação para esclarecimento ou minuciosa interpretação de um texto ou de uma palavra. [Aplica-se de modo especial em relação à Bíblia, à gramática, às leis.]. O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa corresponde à 3ª. edição, 1ª. impressão da Editora Positivo, revista e atualizada do Aurélio Século XXI, O Dicionário da Língua Portuguesa, contendo 435 mil verbetes, locuções e definições. ©2004 by Regis Ltda.

Portanto a implementação da cultura de cana-de-açúcar pelos europeus na região do Cariri trouxe não só a mudança sociocultural e econômica da região, mas também mudanças mais visíveis no meio ambiente da província. O que transformaria uma típica região de uma capitania em uma das cidades mais desenvolvidas e visitadas do interior do estado do Ceará – nos séculos XVIII e XIX as mais desenvolvidas eram Barbalha, Missão Velha e Santana do Cariri - por causa da sua boa adaptação ao solo e aos valores agregados na sociedade caririense através do cultivo e negócios em torno da atividade canavieira.

O presente artigo serviu como ponta pé inicial de uma pesquisa que está em desenvolvimento e que terá um vasto caminho a percorrer mediante a riqueza de fontes do tema em questão. E a mesma pesquisa servirá para contribuir ainda mais com a área da história ambiental e a relação do homem com o meio ambiente.

Referências

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.

OLIVEIRA, Antônio José de. **Engenhos de Rapadura do Cariri: Trabalho e Cotidiano (1790 – 1850)**. Dissertação de Mestrado UFC-CE: 2003.

PONTING, Clive. **Uma História Verde do Mundo**. Tradução de Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, pp. 236-237.

Sobre a autora:

1. **Luíza Helena Alencar** é Historiadora e Especialista em História do Brasil.
E-mail: luizahelena_alencar@yahoo.com.br

Como citar este artigo (Formato ISO):

ALENCAR, L.H. O impacto ambiental na relação homem X natureza na região do cariri com a implantação dos engenhos de rapadura nos séculos XVIII e XIX. **Id on Line Revista de Psicologia**, Novembro de 2012, vol.1, n.18, p. 144-159. ISSN 1981-1189.